

Balço Patrimonial

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em Milhares de Reais

Ativo		
Descrição	2017	2016
Circulante	5.787.369	4.433.072
Disponibilidades	91	16
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (Nota 5)	4.785.247	3.830.031
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	4.785.247	3.830.031
Títulos e Valores mobiliários (Nota 3)	467.443	416.881
Carteira Própria	405.821	416.881
Vinculados à Prestação de Garantias	61.622	0,00
Relações Interfinanceiras (Nota 4)	457.175	106.432
Repasse interfinanceiros	457.175	106.432
Relações Interdependências	0,00	60
Relações Interdependências	0,00	60
Operações de Crédito (Nota 6)	68.367	78.480
Operações de Crédito - Setor Privado	68.457	78.537
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(90)	(57)
Outros Créditos (Nota 7)	8.091	270
Diversos	8.091	270
Outros Valores e Bens (Nota 8)	955	902
Outros Valores e Bens	907	560
Despesas Antecipadas	48	342
Não circulante	835.875	800.707
Realizável a Longo Prazo	637.616	623.544
Títulos e Valores mobiliários (Nota 3)	597.905	570.216
Carteira Própria	164.602	419.808
Vinculados à Prestação de Garantias	433.304	150.408
Relações Interfinanceiras (Nota 4)	35.649	44.543
Repasse interfinanceiros	35.649	44.543
Operações de Crédito (Nota 6)	331	4.928
Operações de Crédito - Setor Privado	331	4.928
Outros Créditos (Nota 7)	3.730	3.857
Diversos	3.730	3.857
Investimentos (Nota 9)	190.938	169.676
Ações e Cotas	190.938	169.676
Imobilizado (Nota 10)	4.765	3.780
Outras Imobilizações de Uso	9.676	7.782
(-) Depreciações Acumuladas	(4.911)	(4.001)
Intangível	2.556	3.706
Softwares	13.223	13.080
(-) Amortizações Acumuladas	(10.667)	(9.374)
Total do Ativo	6.623.244	5.233.778



Balço Patrimonial

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em Milhares de Reais

Passivo Descrição	Em Milhares de Reais	
	2017	2016
Circulante	6.260.594	4.919.048
Depósitos (Nota 11)	2.480.991	4.432.862
Depósitos à Vista	85	179
Depósitos sob Aviso	656	599
Depósitos a Prazo	2.480.250	4.432.084
Relações Interfinanceiras	3.585.885	368.317
Repasses interfinanceiros	338.138	0,00
Centralização Financeira - Cooperativas	3.247.747	368.317
Relações Interdependências (Nota 13)	209	0,00
Recursos em Trânsito de Terceiros	209	0,00
Obrigações por repasses (Nota 12)	167.980	107.652
Obrigações por repasses no País	167.980	107.652
Outras Instít. Oficiais	167.980	107.652
Outras Obrigações (Nota 14)	25.529	10.217
Sociais e Estatutárias (Nota 14.1)	1.643	860
Fiscais e Previdenciárias (Nota 14.2)	640	657
Diversas (14.3)	23.247	8.701
Não circulante	44.207	54.331
Obrigações por repasses (Nota 12)	37.385	49.989
BNDES	4.639	4.590
Outras Instít. Oficiais	32.745	45.399
Outras Obrigações (Nota 14.3)	6.822	4.342
Diversas	6.822	4.342
Patrimônio Líquido (Nota 16.a)	318.443	260.400
Capital Social	269.034	228.619
Reserva de Capital	30.896	16.782
Reserva de Sobras	7.252	5.000
Sobras ou Perdas Acumuladas	11.260	9.999
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	6.623.244	5.233.778

Rui Schneider da Silva
Presidente

Francisco Greselle
Secretário

Camila Erika Nicolau
Contadora
CRC - MG-071309/O-3 T-SC

Demonstrações de Sobras ou Perdas

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em Milhares de Reais

Descrição	2º Semestre 2017	12/2017	12/2016
Receitas da Intermediação Financeira	240.070	541.360	576.407
Resultado com operações de crédito	487	1.498	5.156
Resultado com Títulos e Valores Mobiliários	239.452	534.645	563.246
Resultado de aplicações compulsórias	132	5.217	8.005
Despesas da Intermediação Financeira	(145.391)	(386.253)	(553.399)
Operações de captação no mercado	(132.738)	(368.446)	(545.775)
Operações de empréstimos e repasses	(12.236)	(17.497)	(8.334)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(417)	(311)	710
Resultado bruto da intermediação financeira	94.679	155.107	23.014
Outras receitas (despesas) operacionais	(94.841)	(133.108)	(9.638)
Receitas de prestação de serviços	256	317	68
Despesas de pessoal	(8.500)	(16.358)	(14.490)
Outras despesas administrativas	(9.729)	(18.026)	(13.513)
Despesas Tributárias	(90)	(161)	(135)
Outras Receitas Operacionais	32.775	72.771	44.642
Outras Despesas Operacionais	(109.553)	(171.651)	(26.211)
Resultado operacional	(162)	21.999	13.369
Resultado não operacional	281	311	(10)
Resultado antes da tributação e da participação no lucro	120	22.310	13.359
Imposto de renda e contribuição social	(120)	(133)	(8)
Imposto de Renda	(63)	(69)	(4)
Contribuição Social	(57)	(64)	(4)
Sobras líquidas do período	0	22.177	13.350

Rui Schneider da Silva
Presidente

Francisco Greselle
Secretário

Camila Erika Nicolau
Contadora
CRC - MG-071309/O-3 T-SC

Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro

Em Milhares de Reais

Eventos	Capital		Reservas de Sobras		Sobras ou Perdas Acumuladas	Totais
	Capital Subscrito	Reserva de Capital	Legal	Estatutárias		
Saldo em 31/12/2015	189.177	37.816	3.657	10	6.186	236.846
Destinação de Sobras Exercício Anterior:						
Constituição de Reservas		6.186			(6.186)	
Movimentação de Capital:						
Por Subscrição/Realização	39.442					39.442
Sobras ou Perdas Líquidas					13.350	13.350
Destinação das Sobras aos fundos obrigatórios:						
. Fundo de Reserva		1.333	1.333		(2.667)	
. F A T E S					(684)	(684)
Reversões de Reservas de fundos obrigatórios						
. Fundo de Reserva		(34.500)				(34.500)
Outros Eventos						
. Contribuições Monetárias para Reservas		3.000				3.000
. Devolução para Reserva		2.947				2.947
Saldos em 31/12/2016	228.619	16.782	4.990	10	9.999	260.400
Destinação de Sobras Exercício Anterior:						
Constituição de Reservas		5.000			(5.000)	
Ao Capital	5.000				(5.000)	
Movimentação de Capital:						
Por Subscrição/Realização	35.415					35.415
Reversões de Reservas		(2.000)				(2.000)
Sobras ou Perdas Líquidas					22.177	22.177
Destinação das Sobras aos fundos obrigatórios:						
. Fundo de Reserva		7.882	2.252		(10.134)	
. F A T E S					(1.427)	(1.427)
Outros Eventos						
. Contribuições Monetárias para Reservas		2.035				2.035
. Devolução para Reserva		1.197				1.197
. Absorção de Despesas - FATES					643	643
Saldos em 31/12/2017	269.034	30.896	7.242	10	11.260	318.442
Saldos em 30/06/2017	233.619	23.453	4.990	10	22.177	284.249
Movimentação de Capital:						
Por Subscrição/Realização	35.416					35.416
Reversões de Reservas		2.000				2.000
Destinação das Sobras aos fundos obrigatórios:						
. Fundo de Reserva		7.882	2.252		(10.134)	20.268
. F A T E S					(1.427)	1.427
Outros Eventos						
. Contribuições Monetárias para Reservas		945				945
. Devolução para Reserva		616				616
. Absorção de Despesas - FATES					644	644
Saldos em 31/12/2017	269.034	30.896	7.242	10	11.260	318.442

Rui Schneider da Silva
Presidente

Francisco Greselle
Secretário

Camila Erika Nicolau
Contadora
CRC - MG-071309/O-3 T-SC



Demonstração dos Fluxos de Caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro

Em Milhares de Reais

DESCRIÇÃO	31/12/2017	31/12/2016
Atividades Operacionais		
Sobras/Perdas do Exercício	22.310	13.359
IRPJ / CSLL	(133)	(8)
Provisão para Operações de Crédito	29	(237)
Equivalência patrimonial	(21.262)	(34.859)
Depreciações e Amortizações	2.204	2.106
	3.148	(19.640)
Aumento (redução) em ativos operacionais		
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	138.429	152.030
Títulos e Valores mobiliários	(464.077)	(207.664)
Relações Interfinanceiras	(341.848)	0,00
Relações Interdependências	60	0,00
Operações de Crédito	14.681	4.535
Outros Créditos	(7.695)	(399)
Outros Valores e Bens	(53)	(239)
Aumento (redução) em passivos operacionais		
Depósitos a Vista	(94)	(273)
Depósitos sob Aviso	57	71
Depósitos a Prazo	(1.951.835)	1.219.701
Outras Obrigações	17.792	6.276
Relações Interdependências	209	(458)
Relações Interfinanceiras	3.217.568	201.855
Obrigações por Empréstimos e Repasses	47.724	(9.240)
Caixa Líquido Aplicado em Atividades Operacionais	674.067	1.346.555
Atividades de Investimentos		
Alienação de Imobilizações de Uso	(1.894)	(1.414)
Aplicação no Intangível	(143)	0,00
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Investimentos	(2.037)	(1.414)
Atividades de Financiamentos		
Aumento por novos aportes de Capital	35.416	39.442
FATES Sobras Exercício	(1.427)	(684)
Absorção de Despesas - FATES	644	0,00
Utilização - Reservas	(2.000)	(34.500)
Contribuições Monetárias - Reservas	2.035	3.000
Devolução - Reservas	1.198	2.946
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Financiamentos	35.865	10.204
Aumento / Redução Líquida das Disponibilidades	707.895	1.355.344
Modificações em Disponibilidades Líquida		
No Início do Período	3.533.215	2.177.871
No Fim do Período	4.241.110	3.533.215
Variação Líquida das Disponibilidades	707.895	1.355.344

Rui Schneider da Silva
Presidente

Francisco Greselle
Secretário

Camila Erika Nicolau
Contadora
CRC - MG-071309/O-3 T-SC



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31/12/2017

A **COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DE SANTA CATARINA E RIO GRANDE DO SUL SICOOB CENTRAL SC/RS - SICOOB CENTRAL SC/RS**, é uma sociedade cooperativa, fundada em **08/11/1985**, componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas centrais e singulares. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de Cooperativas de Crédito.

Está integrada à Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. – SICOOB Confederação e é uma das acionistas do Banco Cooperativo do Brasil S/A – BANCOOB, tendo controle compartilhado sobre o mesmo.

1. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/1971 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua emissão tendo sido aprovada pela administração em 22/1/2018.

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para contabilizar determinados ativos e passivos entre outras transações. As demonstrações contábeis da Central incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, a seleção das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado, às provisões necessárias para causas judiciais, entre outras. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

Em aderência ao processo de convergência às normas internacionais de Contabilidade, algumas Normas e suas Interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicadas às instituições financeiras quando aprovadas pelo Banco Central do Brasil. Nesse sentido, os Pronunciamentos contábeis já aprovados pelo Banco Central do Brasil são: CPC Conceitual Básico (R1) - Resolução CMN nº 4.144/2012; CPC 01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos - Resolução CMN nº 3.566/2008; CPC 03 (R2) – Demonstração do Fluxo de Caixa - Resolução CMN nº 3.604/2008; CPC 04 (R1) – Ativo Intangível – Resolução CMN nº 4.534/2016; CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas - Resolução CMN nº 3.750/2009; CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações - Resolução CMN nº 3.989/2011; CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. – Resolução CMN nº 4.007/2011; CPC 24 - Evento Subsequente - Resolução CMN nº 3.973/2011; CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes – Resolução CMN nº 3.823/2009; CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados CMN nº 4.424/2015.

2. Resumo das Principais Práticas Contábeis

a) Apuração do Resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços às Cooperativas ou a terceiros.

Os dispêndios/despesas e os ingressos/receitas operacionais são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas Contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes provisão para créditos de liquidação duvidosa, vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

d) Aplicações em títulos e valores mobiliários

As aplicações financeiras a serem mantidas até o seu vencimento são demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

e) Operações de Crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

f) Provisão para Operações de Crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

g) Depósitos em Garantia

Existem situações em que a Central questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria Administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

h) Investimentos

Representados substancialmente por quotas da Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. – SICOOB Confederação, ações Banco Cooperativo do Brasil S/A – BANCOOB, avaliadas pelo método de custo de aquisição, e na controlada SICOOB SC/RS Corretora e Administradora de Seguros S/A.

i) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e *softwares*, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

j) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Central ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

k) Obrigações por Empréstimos e Repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*“pro rata temporis”*), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

l) Demais Ativos e Passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

m) Provisões

São reconhecidas quando a Central tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

n) Passivos Contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

o) Obrigações Legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, dos quais a Central tem por diretriz.

p) Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não cooperativos de acordo com o Decreto 3.000/1999, art.183. O resultado apurado em operações realizadas com Cooperativas não tem incidência de tributação conforme art. 182 do mesmo Decreto.

q) Segregação em Circulante e Não Circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

r) Valor Recuperável de Ativos – Impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por “*impairment*”, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em **31 de dezembro de 2017** não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

s) Eventos Subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em **31 de dezembro de 2017**.

3. Títulos e Valores Mobiliários

Em **31 de dezembro de 2017** e **2016**, as aplicações em Títulos e Valores Mobiliários estavam assim compostas:

Descrição	Em Milhares de Reais	
	31/12/2017	31/12/2016
Título de Renda Fixa	457.425	548.768
Cotas de Fundos De Investimento	112.997	178.168
Vinculados a Prestação de Garantias	494.926	150.408
TOTAL	1.065.348	877.344

Os Títulos de Renda Fixa referem-se, substancialmente, a aplicações em Letras Financeiras do Tesouro e Cotas de Fundo de Renda Fixa com remuneração de, aproximadamente, 98% a 104,90% do CDI.

4. Relações Interfinanceiras

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, as aplicações em Relações Interfinanceiras estavam assim compostas:

Em Milhares de Reais		
Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Cooperativas de Crédito Rural	488.917	148.912
Centralização Financeira	4.203	2.226
(-) Prov. para Perdas em Repasses Interfinanceiras	(296)	(162)
TOTAL	492.824	150.976

5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

São avaliadas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício, e quando aplicável, são ajustadas a valor de mercado através de provisões.

Em Milhares de Reais		
Descrição	31/12/2017	31/12/2016
De curto prazo	4.785.247	3.830.031
De longo prazo	-	109.753
TOTAL	4.785.247	3.939.784

6. Operações de Crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Modalidade	31/12/2017			31/12/2016
	Circulante	Não Circulante	Total	
Empréstimos	66.237	331	66.569	79.933
Financiamentos	354	1.866	2.220	3.536
(-) Provisões para Operações de Crédito	(86)	(4)	(90)	(61)
TOTAL	66.505	2.193	68.699	83.408

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Em Milhares de Reais							
Nível / Percentual de Risco / Situação	Empréstimo / TD	Conta Garantida	Financiamentos	Total em 31/12/2017	Provisões 31/12/2017	Total em 31/12/2016	Provisões 31/12/2016
AA - Normal	51.630	-	1.435	53.066	-	82.122	-
A 0,5% Normal	12.609	50	785	13.444	(67)	727	(3)
B 1% Normal	2.279	-	-	2.279	(23)	-	-
C 3% Normal	-	-	-	-	-	62	(2)
D 10% Normal	-	-	-	-	-	559	(56)
Total Normal	66.518	50	2.220	68.789	(90)	83.470	(61)
Total Geral	66.518	50	2.220	68.789	(90.008,51)	83.470	(61)
Provisões	(86)	-	(4)	(90)	(90)	(61)	(61)
Total Líquido	66.432	50	2.216	68.699	-	83.408	-

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Em Milhares de Reais

Descrição	Até 90	De 91 até 360	Acima de 360	Total
Empréstimos	361	65.826	331	66.518
Financiamentos	-	354	1.866	2.220
TOTAL	361	66.181	2.197	68.738

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Em Milhares de Reais

Descrição	Conta Corrente	Empréstimo / Financiamento	31/12/2017	% da Carteira	31/12/2016	% da Carteira
Setor Privado - Serviços	-	87	87	0,13%	134	0,16%
Outros	50	68.651	68.701	99,87%	83.336	99,84%
TOTAL	50	68.738	68.788	100,00%	83.470	100,00%

7. Outros Créditos

Valores referentes às importâncias devidas a Central por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Em Milhares de Reais

Modalidade	31/12/2017	31/12/2016
Adiantamentos e Antecipações	72	161
Depósitos em Garantia (a)	3.730	3.857
Pagamentos a Ressarcir	56	70
Devedores Diversos (b)	7.963	38
TOTAL	11.821	4.126

(a) Registram-se no grupo, valores referentes aos depósitos em garantia para interposição de recursos fiscais e trabalhistas.

(b) Refere-se, substancialmente, a subscrição/integralização para aumento de capital Banco Cooperativo do Brasil S/A – BANCOOB que após homologação do Banco Central do Brasil integrará os investimentos da Central e a participação no Fundo de Gestão de Bens Não de Uso Próprio do SICOOB Confederação.

8. Outros Valores e Bens

Em Milhares de Reais

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Material em Estoque	907	560
Despesas Antecipadas (a)	48	342
TOTAL	955	902

(a) Registram-se no grupo, as despesas antecipadas, referentes aos prêmios de seguros, processamento de dados.

9. Investimentos

O saldo é, substancialmente, representado por quotas Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. – SICOOB Confederação, ações Banco Cooperativo do Brasil S/A – BANCOOB, avaliadas pelo método de custo de aquisição, e na controlada SICOOB SC/RS Corretora e Administradora de Seguros S/A.

Em Milhares de Reais

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Participações Inst Financ controlada Coop Crédito	147.789	130.120
Sicoob Confederação	40.689	36.181
Participações Empr Controlada Coop Central Crédito	2.456	3.372
Outras Participações	5	5
(-) Ações de Empresa Telefônica	(2)	(2)
TOTAL	190.937	169.676

10. Imobilizado de Uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Em Milhares de Reais

Descrição	31/12/2017	31/12/2016	Taxa Depreciação
Instalações	506	152	10%
(-) Depreciação Acumulada de Instalações	(80)	(11)	
Móveis e equipamentos de Uso	3.138	2.415	10%
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso	(1.085)	(827)	
Sistema de Comunicação	407	368	20%
Sistema de Processamento de Dados	4.801	4.176	10%
Sistema de Segurança	544	347	10%
Sistema de Transporte	280	324	20%
(-) Depreciação Acum. Outras Imobilizações de Uso	(3.746)	(3.164)	
TOTAL	4.765	3.780	

11. Depósitos

O saldo é composto por valores cuja disponibilidade é imediata às Cooperativas, denominado de depósitos à vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

O saldo é composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos preestabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós-fixadas são calculadas com base no critério de *pro rata temporis*, já a remunerações pré-fixadas são calculadas o prazo final das operações, tendo o valor futuro, a data do demonstrativo contábil, apresentado em conta redutora.

Em Milhares de Reais

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Depósito à Vista	85	179
Depósito Sob Aviso	656	599
Depósito a Prazo	2.480.250	4.432.084
TOTAL	2.480.991	4.432.862

Os depósitos, até o limite de R\$ 250 mil (duzentos e cinquenta mil), por CPF/CNPJ, estão garantido pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), o qual é uma associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, regida pelo presente Estatuto e pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, conforme, constituído conforme Resoluções CMN nº4.284/13. As instituições associadas são todas as cooperativas singulares de crédito e os bancos cooperativos.

a) Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	Em Milhares de Reais	
	31/12/2017	31/12/2016
Despesas de Depósitos de Aviso Prévio	(57)	(71)
Despesas de Depósitos a Prazo	(368.388)	(545.704)
TOTAL	(368.445)	(545.775)

12. Obrigações por Empréstimos e Repasses

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse às Cooperativas associadas em diversas modalidades e capital de giro.

Instituições	Em Milhares de Reais			
	31/12/2017		31/12/2016	
	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo
HSBC	13.229	27.456	13.445	38.582
ITAU	153.962	4.573	93.902	6.099
BADESC	305	717	306	717
BNDES	-	4.639	-	4.590
SAFRA	484	-	-	-
TOTAL	167.980	37.385	107.653	49.988

13. Relações Interdependências

Os recursos de terceiros que estão com a Central são registrados nessa conta para posterior repasse, por sua ordem.

Descrição	Em Milhares de Reais	
	31/12/2017	31/12/2016
Recebimentos em Trânsito de Terceiros	209	-
TOTAL	209	-

14. Outras Obrigações

Descrição	Em Milhares de Reais	
	31/12/2017	31/12/2016
Sociais e Estatutárias	1.643	860
Fiscais e Previdenciárias	640	657
Diversas	30.069	13.043
TOTAL	32.352	14.560

14.1 Sociais e Estatutárias

Descrição	Em Milhares de Reais	
	31/12/2017	31/12/2016
Resultado de Atos com Associados	1.149	667
Resultado de Atos com Não Associados (a)	319	18
Cotas de Capital a Pagar (b)	175	175
TOTAL	1.643	860

(a) O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da Central, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 5% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo a instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional

e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

(b) Refere-se às cotas de capital a devolver de Cooperativas desligadas.

14.2 Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	Em Milhares de Reais	
	31/12/2017	31/12/2016
Impostos e Contribuições Sobre Lucros a Pagar	60	-
Impostos e contribuições a recolher	580	657
TOTAL	640	657

14.3 Diversas

Descrição	Em Milhares de Reais	
	31/12/2017	31/12/2016
Obrigações por Prestação de Serviços de Pagamento	1	1
Provisão para Pagamentos a Efetuar (a)	4.658	3.694
Provisão para Passivos Contingentes (NOTA 24)	6.823	4.408
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas (b)	27	-
Credores Diversos – País (c)	18.560	4.940
TOTAL	30.069	13.043

(a) Referem-se à provisão para pagamento de despesas com pessoal e outras despesas administrativas.

(b) Refere-se à contabilização da provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco das Cooperativas beneficiárias, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

(c) Refere-se, substancialmente, a remuneração da centralização financeira no período de dezembro de 2017 com previsão de pagamento às filiadas em janeiro de 2018.

As ações judiciais e administrativas fiscais são classificadas pelos advogados externos como: prováveis e possíveis, e o parecer jurídico leva em conta a natureza da causa, sua especificidade e também a jurisprudência dos tribunais superiores.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação de provisão das causas judiciais obedecem a Resolução CMN nº 3.823/2009, conforme resumimos a seguir:

"A provisão é reconhecida somente quando: (a) A entidade tem uma obrigação presente legal ou não formalizada como resultado de evento passado, (b) Seja provável que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e (c) Possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação. Se essas condições não forem satisfeitas, nenhuma provisão deve ser reconhecida."

Com base nessas premissas, quando exista na data do balanço uma obrigação de "Provável Perda", o SICOOB reconhece a provisão e quando não for de "Provável Perda", a instituição divulga a contingência passiva, a menos que seja remota a possibilidade de saída de recursos.

Na avaliação da possibilidade de perda para os processos em 31/12/2017, utilizamos a seguinte classificação conforme tabela a seguir:

Em Milhares de Reais

Natureza	Probabilidade de Perda	Valor Estimado de Perda	Valor Provisionado em 31/12/2017	Valor Provisionado em 31/12/2016
Trabalhista	Provável	58	58	66
Fiscal	Provável	3.360	3.360	3.452
Total		3.418	3.418	3.518

A Central manteve o complemento da provisão para cobertura de eventuais perdas inerentes ao curso normal dos negócios, conforme demonstrado a seguir:

Natureza	Valor Provisionado em 31/12/2017	Valor Provisionado em 31/12/2016
Garantias Prestadas	27	32
Outras Contingências	3.405	858

15. Instrumentos Financeiros

O **SICOOB CENTRAL SC/RS** opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

16. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$3,00 cada e integralizado por suas Cooperativas. De acordo com o Estatuto Social cada Cooperativa tem direito em a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	Em Milhares de Reais	
	31/12/2017	31/12/2016
Capital Social	269.034	228.619
Cooperativas	41	41

b) Reserva Legal

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 10%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades.

c) Fundo de Estabilidade Financeira – F.E.F.

Representada pelas destinações das sobras, no percentual de 35%, utilizado para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades.

d) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 7/3/2017, as Cooperativas deliberaram pelo aumento do capital social com sobra do exercício findo em **31 de dezembro de 2016**, no valor

de R\$4.999 mil (quatro milhões novecentos e noventa e nove mil setecentos e trinta e cinco reais e noventa e nove centavos).

e) Destinações Estatutárias e Legais

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	Em Milhares de Reais	
	31/12/2017	31/12/2016
01. Resultado depois Trib. s/ Lucro	22.177	13.350
02. (+/-) Absorção de Despesas	644	-
(+) Realização do FATES	644	-
03. Sobras Líquidas do Período (1+2)	22.821	13.350
(-) FATES Resultado com não associados	(301)	(18)
(-) FATES	(1.126)	(667)
(-) Reserva Legal	(2.252)	(1.333)
(-) Fundo de Estabilidade Financeira – FEF	(7.882)	(1.333)
04. Sobras a Disposição da AGO	11.260	9.999

17. Outros Ingressos/Rendas Operacionais

Descrição	Em Milhares de Reais	
	31/12/2017	31/12/2016
Recuperação de Encargos e Despesas	3.356	1.505
Reversão de Provisão para Garantias Prestadas	28	8
Rendas de Repasses Interfinanceiros	10.831	-
Reversão de Outras Provisões Operacionais	445	994
Atualização de Depósitos Judiciais	525	403
Outras Rendas Operacionais (a)	57.884	42.734
TOTAL	73.069	45.644

(a) Refere-se, substancialmente, rateio de despesas da Central entre as cooperativas filiadas.

17.1 Ingressos da Intermediação Financeira

Descrição	Em Milhares de Reais	
	31/12/2017	31/12/2016
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	5	99
Rendas de Empréstimos	1.317	4.792
Rendas de Financiamentos	176	265
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	462.039	476.867
Rendas c/ Tít.Valores Mobil. e Instrumentos Financ.	72.606	86.379
TOTAL	536.143	568.402

18. Outros Dispêndios/Despesas Operacionais

Descrição	Em Milhares de Reais	
	31/12/2017	31/12/2016
Despesas de Cessão de Operações de Crédito	-	(23)
Despesas de Depósitos Intercooperativos	(171.003)	(22.563)
Provisão para Passivos Contingentes	(525)	(403)
Provisão para Passivos Trabalhistas	-	(49)
Contrib. ao Fundo Tecnologia da Informação	(15)	(10)
Outras Despesas Operacionais	(108)	(3.162)
Provisão com Garantias Financeiras Prestadas	(20)	(15)
TOTAL	(171.671)	(26.225)

18.1 Dispendios da Intermediação Financeira

Em Milhares de Reais

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Despesas de Captação	(368.445)	(545.775)
Despesas de Obrigações por Empréstimos e Repasses	(17.497)	(8.334)
Provisões para Operações de Crédito	(71)	(61)
TOTAL	(386.013)	(554.170)

19. Resultado Não Operacional

Em Milhares de Reais

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Lucro em Transações com valores de bens	30	-
Ganhos de Capital	1	4
Outras Rendas não Operacionais	280	1
(-) Perdas de Capital	-	(15)
Resultado Líquido	311	(10)

20. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são pessoas jurídicas representadas pelas pessoas físicas, que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da Central.

As operações de crédito e depósitos são realizadas no contexto das atividades operacionais da Central e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações de crédito e depósitos com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da Central, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do BACEN, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Operações ativas e passivas – saldo em 2017:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Empréstimo	18.239	27%

Repasses Interfinanceiros	Valor da Operação de Crédito	% da Operação em Relação aos Repasses de Crédito Rural
Crédito Rural	164.766	34%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação à Carteira Total	Taxa Média - %
Depósitos à Vista	1	0,27%	0%
Depósitos a Prazo	470.131	18,95%	0,55%

PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 2017	
Empréstimos e Financiamentos	15,35%

No exercício de 2017 os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários e custeio parcial de plano de saúde, apresentando-se da seguinte forma:

BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO EXERCÍCIO DE 2017 (R\$)	
Honorários	(956)
Encargos Sociais	(232)

21. Gerenciamento de Risco

21.1. Risco Operacional

As diretrizes e responsabilidades aplicáveis ao gerenciamento do risco operacional das entidades do SICOOB, encontram-se registradas na Política Institucional de Risco Operacional, aprovada no âmbito dos respectivos órgãos de administração (Conselho de Administração ou, na inexistência desse, Diretoria) das entidades do SICOOB, é revisada, no mínimo, anualmente por proposta da área responsável pelo gerenciamento do risco operacional do SICOOB, Confederação, em decorrência de fatos relevantes e por sugestões encaminhadas pelas cooperativas do SICOOB.

O gerenciamento de risco operacional do SICOOB é realizado de forma centralizada pela Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. (SICOOB Confederação), o qual consiste em:

- a) A avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.
- b) As perdas operacionais são comunicadas à Área de Controles Internos que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.
- c) Os resultados são apresentados ao Conselho de Administração.
- d) A metodologia de alocação de capital, para fins do Novo Acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).
- e) Em cumprimento à Resolução CMN 3.380/2006, encontra-se disponível no sítio eletrônico (www.sicoob.com.br) do SICOOB relatório descritivo da estrutura de gerenciamento do risco operacional.

21.2. Risco de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez do **SICOOB CENTRAL SC/RS** objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar os riscos de mercado e de liquidez, por meio das boas práticas de gestão de riscos, na forma instruída na Resolução CMN nº 3.464/2007 e 4.090/2012.

Conforme preceitua o art.9 da Resolução CMN nº 3.464/2007 e art.8 Resolução CMN nº 4.090/2012, o **SICOOB CENTRAL SC/RS** aderiu à estrutura única de gestão dos riscos de mercado e de liquidez do SICOOB, centralizada no Banco Cooperativo do Brasil S.A. - BANCOOB, que pode ser evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br

No gerenciamento do risco de mercado são adotados procedimentos padronizados de identificação de fatores de risco, de classificação da carteira de negociação (*trading*) e não negociação (*banking*), de mensuração do risco de mercado, de estabelecimento de limites de risco, de testes de stress e de aderência do modelo de mensuração de risco (*backtesting*).

No gerenciamento do risco de liquidez são adotados procedimentos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez, limite mínimo de liquidez, fluxo de caixa projetado, testes de stress e planos de contingência.

Não obstante a centralização do gerenciamento do risco de mercado e de liquidez, o **SICOOB CENTRAL SC/RS** possui estrutura compatível com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de mercado da entidade.

21.3. Risco de Crédito

O gerenciamento de risco de crédito do **SICOOB CENTRAL SC/RS** objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

Conforme preceitua o art.10 da Resolução CMN nº 3.721/2009, o **SICOOB CENTRAL SC/RS** aderiu à estrutura única de gestão do risco de crédito do SICOOB, centralizada no BANCOOB, a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no sítio eletrônico www.sicoob.com.br.

Compete ao gestor a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, de criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o SICOOB, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

Não obstante a centralização do gerenciamento de risco de crédito, o **SICOOB CENTRAL SC/RS** possui estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de crédito da entidade.

21.4. Gerenciamento de Capital

A estrutura de gerenciamento de capital do **SICOOB CENTRAL SC/RS** objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar o risco de insuficiência de capital para fazer face aos riscos em que a entidade está exposta, por meio das boas práticas de gestão de capital, na forma instruída na Resolução CMN nº 3.988/2011.

Conforme preceitua o art.9 da Resolução CMN nº 3.988/2011, **SICOOB CENTRAL SC/RS** aderiu à estrutura única de gerenciamento de capital do SICOOB, centralizada no SICOOB CONFEDERAÇÃO, a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no sítio eletrônico www.sicoob.com.br.

O gerenciamento de capital centralizado consiste em um processo contínuo de monitoramento do capital, e é realizado pelas entidades do SICOOB com objetivo de:

- a) Avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos a que as entidades do SICOOB estão sujeitas;
- b) Planejar metas e necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos das entidades do SICOOB; e
- c) Adotar postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado.

Adicionalmente são realizadas também simulações de eventos severos em condições extremas de mercado, com a consequente avaliação de seus impactos no capital das entidades do SICOOB.

22. Seguros Contratados – Não Auditado.

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

23. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº 4.192/2013, compatível com os riscos de suas atividades.

O Patrimônio de Referência (PR) do **SICOOB CENTRAL SC/RS** encontra-se compatível com o grau de risco da estrutura dos ativos em **31 de dezembro de 2017**.

24. Provisão para Demandas Judiciais

É estabelecida considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a Central é parte envolvida. Dessa forma, são constituídas as seguintes provisões:

Descrição	31/12/2017		31/12/2016	
	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais
Para Interposição de Recursos Fiscais - Lei nº 9.703/1998	3.360	3.466	3.452	3.559
Para Interposição de Recursos Trabalhistas	58	264	66	298
Outros	3.405	-	890	-
TOTAL	6.823	3.730	4.408	3.857

PIS e COFINS - quando do advento da Lei nº 9.718/1998, a Central entrou com ação judicial questionando a legalidade da inclusão de seus ingressos decorrentes de atos cooperados na base de cálculo do PIS e COFINS. Conseqüentemente, registrou as correspondentes obrigações referentes aos exercícios de 2000 a 2004 para o COFINS e de 2002 a 2004 para o PIS que os valores equivalentes foram depositados em juízo e estão contabilizados na rubrica Depósitos em Garantia.

25. Benefícios a Empregados

A Central é patrocinadora por um plano de Previdência Complementar para seus funcionários e administradores, na modalidade PGBL. O plano é administrado pela Fundação Sicoob de Previdência Privada – Sicoob Previ.

As contribuições dos funcionários e administradores da Central são equivalentes a no máximo 3% do salário.

As despesas com contribuições efetuadas durante o exercício de 2017 totalizaram R\$75 mil (setenta e cinco mil quatrocentos e dois reais e vinte e oito centavos).

26. Outros assuntos

Foi publicada, em 23/2/2017, a Resolução CMN nº. 4.557 que dispõe sobre as estruturas de gerenciamento de riscos e de capital, com a conseqüente revogação, a partir de 24/2/2018, das Resoluções CMN nº 3.380/2006, 3.464/2007, 3.721/2009, 3.988/2011 e 4.090/2012.



Em razão disso, foi criada no **Sicoob Confederação**, a **Superintendência de Gestão de Risco e Capitais**, que vem promovendo a reestruturação administrativa e operacional para cumprimento das exigências previstas na Resolução CMN nº 4.557/2017, de modo a atendê-la plenamente a partir de fevereiro de 2018.

Rui Schneider da Silva
Presidente

Francisco Greselle
Secretário

Camila Erika Nicolau
Contadora
CRC - MG-071309/O-3 T-SC